

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA

“Anais do I Encontro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe: cenários  
linguístico-culturais contemporâneos”  
07, 08 e 09 de novembro de 2013 - UNILA

FOZ DO IGUAÇU - 2016



## O PROTESTO SOCIAL NO BRASIL: UM ENFRENTAMENTO TÁTICO E ESTRATÉGICO.

Robson de Sousa Moraes<sup>1</sup>

robsondesousamoraes@hotmail.com

Tobias Bueno<sup>2</sup>

tobiasbueno@hotmail.com

RESUMO: A onda de protesto social vivenciada no Brasil neste primeiro semestre de 2013 é a expressão desarticulada da retomada do questionamento político diante do esgotamento das táticas e estratégias adotadas pela esquerda institucional, desde o processo denominado de redemocratização da sociedade brasileira. As ruas e avenidas de centenas de centros urbanos no país presenciam a gestação de táticas ofensivas, combinadas com mecanismos de ação direta, crítica da representatividade e profundamente desconfiada com as formas convencionais de decisão política. Neste contexto, a criminalização do protesto vem sendo um dos principais instrumentos da reação governamental. Black Blocs, Mídia Ninja, Unidade Vermelha, Frente Popular Independente, Frente de Lutas, Movimento Estudantil Popular Revolucionário, são algumas das organizações que protagonizam o efervescente cenário das lutas sociais em nosso país. A comunicação proposta tem como objetivo apresentar uma leitura interpretativa das recentes manifestações no Brasil, tendo como referencial teórico o debate em torno da caracterização do conteúdo do estado brasileiro e as diferentes concepções táticas e estratégicas apresentadas pelas ruas.

Palavras chave: Protesto; Tática; Estratégia.

### INTRODUÇÃO

*“Se um Homem não sabe a que porto se dirige, nenhum vento lhe será favorável”.*  
Seneca

O Brasil presenciou neste primeiro semestre de 2013 uma onda de protestos que atingiu centenas de cidades em todas as regiões do país. Milhões de pessoas foram para as ruas e demonstraram sua insatisfação com inúmeras insuficiências historicamente constituídas e acumuladas pelo estado brasileiro.

O patrimonialismo, a exacerbada concentração de terra, renda e riqueza (FAORO, 2001), a precariedade ao atendimento a direitos básicos de saúde, educação, segurança, entre outros, vieram a tona com as manifestações contra o aumento das passagens no transporte coletivo em algumas cidades do território nacional. A espontaneidade e o voluntarismo, foram marcas de inúmeras atividades desenvolvidas, que incorporaram a amplos setores da juventude, que com sua rebeldia, alegria e criatividade, ocuparam as ruas do país.

---

<sup>1</sup> Professor de Geopolítica da Universidade Estadual de Goiás - Unidade Cidade de Goiás

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Cidade de Goiás

Depois da euforia e da comemoração do recuo do poder público em reduzir os preços das passagens e diante da absorção de novas pautas, se faz necessário perguntar: onde pretendemos chegar? Qual o objetivo a ser conquistado? Quais os meios necessários para a conquista do objetivo? Este pequeno texto tem como meta, ser uma contribuição que aponta uma leitura interpretativa das possibilidades de nosso futuro próximo, comprometido com a ruptura da estratégia da resignação a nós imposta pelos setores dominantes da sociedade, pois, não há luta sem desejo.

A DEFINIÇÃO DO OBJETIVO POLÍTICO:

*“Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é, para o povo e para cada parte do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres”.*

Declaração Universal dos Direitos do Homem

O Modo de Produção Capitalista ao longo de séculos de existência vivenciou profundas metamorfoses com o intuito de reinventar-se. Inicialmente o capital dominante constituiu-se hegemonicamente na forma mercantil configurando sua expansão territorial a partir do processo de inserção colonial, responsável pelo extermínio direto de milhões de pessoas em todo o planeta. Em sua segunda fase o Capitalismo implementou a denominada revolução industrial, reformatando as relações políticas, culturais, sociais e econômicas em escala internacional. Neste período surgem as primeiras lutas de caráter anticapitalista e projetos alternativos de sociedade disputam a hegemonia política. Recentemente a mundialização do capital e a transnacionalização das empresas arremessam a dinâmica da produção e consumo de mercadorias a um novo patamar denominado de globalização (BEAUD, 2005). No entanto, os problemas mais imediatos da classe trabalhadora continuam sem ser resolvidos. No atual momento histórico, o sistema produtivo vem elevando expressivamente sua lucratividade, combinada com a gradual eliminação de direitos sociais conquistados a duras penas. A passagem do período *Fordista* de acumulação rígida, para o *Toyotismo* de acumulação flexível (MOREIRA, 2008), amparado pela adoção de medidas neoliberais, reorientou o papel e as funções do estado nacional, diminuindo sua feição universalizante dos direitos do homem e maximizando sua participação na acumulação privada do capital.

Vivemos uma contradição histórica: nunca conseguimos produzir tanta riqueza, ao mesmo tempo em que nunca disseminamos tanto miséria. Superar esta contradição é uma tarefa política e condição fundamental para alcançarmos a paz, justiça social e uma vida digna para todos. A luta contra a desigualdade econômica e social é central para aniquilarmos outras formas de opressão reproduzidas a partir de uma estrutura societária patriarcal, sexista e homofóbica. O reconhecimento de inúmeras identidades só poderá lograr êxito na efetivação dialética de uma unidade na diversidade (CASTELLS, 2010) como método de organização do campo social, resgatando o princípio da *Soberania Popular*, que mesmo em sua tradição mais liberal, reconhece o direito da luta, da rebelião e da resistência contra a tirania de um estado que nega os princípios básicos da integridade humana, formalmente apontados em sua carta constitucional.

## A ESTRATÉGIA

*“A estratégia sem tática é o caminho mais lento  
para a vitória. Tática sem estratégia é o ruído antes  
da derrota”.*  
Sun Tzu

Por Estratégia podemos compreender o caminho geral que deve ser canalizada uma determinada luta na intenção de conquista de um objetivo (HARNECKER, 2004). São as formas como se planeja, orienta e executa os combates sociais na busca por uma meta. A elaboração de um caminho estratégico pressupõe uma correta interpretação da realidade histórica, identificando suas características estruturais e conjunturais, revelando o movimento das classes sociais e suas frações (força social), com seus respectivos interesses materiais, suas formas de agrupamento e organização. O ponto de partida de qualquer Estratégia é a análise da *correlação de classes*, genericamente podemos dividir a população brasileira em cinco setores diferentes: A burguesia, a pequena burguesia, os operários, os trabalhadores assalariados e o campesinato. Compreender o nível de articulação e subordinação entre as classes, suas alianças, grau de coesão, contradições, antagonismo e disputas é tarefa central para uma definição estratégica, avaliando concretamente suas forças e aproveitando ao máximo as contradições existentes e apontando os objetivos imediatos a ser conquistado.

O estudo das lutas populares ao longo da história demonstra que, no contexto do Modo de produção Capitalista, sempre se encontra classes sociais em antagonismo como causa do conflito (SACHS, 2010), bem como a elevação do nível de desigualdade, como motivação e combinando com a manifestação da violência na relação entre as mesmas. A estratégia tem nestas lutas o objetivo de desestabilizar a correlação de força existente, sendo que a política se caracteriza pela sua posição frente aos sistemas de forças em choque. A ação política pode ser conduzida no sentido de dar sustentação ao atual equilíbrio de forças orientando suas ações para a estabilidade do sistema limitado por uma ordem vigente. Caso contrário a política pode ser orientada para ampliar a desestabilização do sistema de forças, vislumbrando uma alteração no *status quo*.

#### PEQUENO ESBOÇO PARA UM BALANÇO ESTRATÉGICO DAS ESQUERDAS NO SÉCULO XX.

*“... Ou você tem uma estratégia própria, ou então é parte da estratégia de alguém”.*  
Alvin Toffler

No início século XX, o continente foi balançado pelo massacre de mineiros no norte do Chile (1907), pela revolução Mexicana (1910) e pelo movimento pela Reforma Universitária em Córdoba (1918). Estes diferenciados momentos de agitação política e social incluíram a Reforma agrária, os Direitos Trabalhistas e a Educação como temas dos movimentos populares em toda América Latina. Novas lideranças emergiram: Emiliano Zapata, Pancho Villa, Augusto César Sandino, Farabundo Martí, José Carlos Mariátegui e o Cavaleiro da Esperança Luis Carlos Prestes. Nas primeiras décadas deste século, a esquerda latina americana elabora um desenho estratégico fundamentado na necessidade de desbloquear os caminhos do desenvolvimento, percorrendo as trilhas da industrialização substitutiva das importações. Para desobstruir o processo de desenvolvimento das Forças Produtivas, a definição do Caráter da Revolução na América Latina, passa ser um debate central no seio das esquerdas no continente (SAINT – PIERRE, 1999), o ponto de partida para definição tática e estratégica da intervenção política. Esta questão, demarca o campo da composição das políticas de alianças e o método de luta, aproximando a Teoria da Prática do fazer política.

Entre os anos 20 e 30 do século passado, a leitura interpretativa da realidade latina americana, neste período, conduziu a dois extremos: uma visão eurocentrista que negava toda a especificidade da formação Social do continente, concebido como uma reprodução tropical, inacabada e retardada da estrutura econômica e social desenvolvida na Europa, antagonizando-se com uma compreensão excepcionalista indo-americana que tendia a uma absolutização das singularidades de sua História (LOWY, 1999), Cultura etc. Transportando o debate do espaço-tempo einsteiniano para os domínios Histórico-culturais, o peruano exilado no México e profundamente influenciado pela Revolução Mexicana, Victor Raul Haya de La Torre identifica que o espaço-tempo americano é governado por mecanismos próprios que o distingue profundamente do espaço-tempo analisado e estudado por K. Marx, exigindo assim uma nova teoria que venha a adaptar e transcender o marxismo à realidade latina americana. Por outro lado, os exames de caráter eurocentrista, vão incorporar mecanicamente a situação verificada na Europa, tais como a existência de uma estrutura Feudal e o papel revolucionário da burguesia na superação da ordem medieval. Apesar das profundas diferenças, estas duas correntes chegam, por caminhos diferentes a uma mesma conclusão: O Socialismo não está na ordem do dia na América Latina, pois esta não reúne as condições objetivas e subjetivas necessárias para a eclosão da ruptura com o Capitalismo. O objetivo imediato seria a conquista de uma democracia nacional e anti-imperialista. A Revolução seria desencadeada por etapas.

O principal instrumento do questionamento ao eurocentrismo foi o debate sobre as etapas históricas do processo de desenvolvimento latino americano. A negação da afirmativa, na qual as sociedades desta parte dos trópicos se instituíram como versões locais do feudalismo europeu foram amplamente apresentadas por intérpretes com Caio Prado Junior (Brasil), Sérgio Bagú (Argentina) e Marcelo Segall (Chile), desenvolvidos nas décadas de 1940 e 1950, que apontam que as causas do chamado subdesenvolvimento, da profunda disparidade regional e a condição de miséria do campesinato, não são provocadas por uma ordem feudal e sim pelo particularismo que o modo de produção capitalista adquiriu ao capturar o continente. Nesta perspectiva a única possibilidade de superação do atraso social e material, na qual estávamos condenados, rompendo com os monopólios hegemônicos pelas multinacionais superando o subdesenvolvimento era inevitavelmente a adoção de uma estratégia socialista. Neste contexto, outro importante debate que se apresenta é o problema da Dependência. Haveria espaço para um florescimento capitalista autônomo e independente

em uma fase de monopolização e concentração de capitais? A resposta dada por José Carlos Mariátegui (Peru) indica que não. Segundo um dos fundadores do Partido comunista Peruano, as burguesias da América Latina havia se gestado tardiamente na cena histórica, sendo organicamente estruturada de forma subalterna aos desígnios e interesses do Capital Internacional. Este debate provocou o afastamento político entre Mariátegui e Haya de La Torre, pois o primeiro aponta criticamente a invenção de um mito inexistente nesta região, ou seja, a Classe Trabalhadora com vocação Revolucionária. Mariátegui prosseguiu suas análises e em 1928, publicou seu mais importante livro: *“Sete ensaios da realidade peruana”*, a primeira tentativa marxista de leitura da formação social concreta do continente. A conclusão elaborada é que em uma área dominada por impérios não há espaço para o crescimento de um projeto capitalista independente.

No fim da década de 1920, ganha projeção as leituras e interpretações vinculadas organicamente a III Internacional. Polarizando com a Social Democracia e com uma linha ofensiva, a Primeira Conferência Comunista Latina Americana, reunida em Buenos Aires (1929), aprovou em nome do Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista, o relatório intitulado: *“A situação Internacional, a América Latina e o risco da guerra”*, elaborado pelo italiano, radicado na argentina, Vittorio Codovilla. Neste documento, independentemente das oscilações táticas, define-se o caráter da Revolução, no continente, como Democrática-Burguesa. Este período congregou duas tentativas de insurreição popular: Uma em El Salvador; Liderada por Farabundo Martí constituindo-se como a primeira insurreição de massas liderada por um Partido Comunista, nesta parte do planeta, destoando da III Internacional, devido a seu programa escancaradamente socialista (LOWY, 1999). A outra experiência, com características bem diferenciadas, eclode no Brasil, sob a direção do PCB. Com um programa de Frente Popular, a chamada Intentona de 1935, foi simultaneamente o ultimo levante de inspiração comunista e o primeiro rumo a uma política de conciliação de classe, com a adoção da concepção etapista e a formação do Bloco de quatro classes (Proletariado, Campesinato, Pequena Burguesia e a Burguesia Nacional), homologada pelo VII Congresso do Comintern, ainda em 1935.

Com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, início da Guerra fria e a Bipolarização, os PC's renovam sua atitude anti-imperialista, expressando uma virada tática de caráter esquerdista, mas que não altera o desenho estratégico já assinalado da Revolução Nacional Democrática. Uma situação emblemática deste momento histórico foi protagonizada pelo

PGT (Partido Guatemalteco do Trabalho), que na materialização de sua estratégia de aliança e colaboração de classes, se converteu em uma das principais forças políticas da Guatemala, durante o Governo popular de Jacob Arbenz. Com a retirada violenta de Arbenz do poder, o PGT fez um balanço autocrítico afirmando que não produziu uma ação independente da burguesia local, ficando refém da capacidade de resistência da mesma. Na medida em que a elite local não desencadeou uma tenaz contraposição as posições golpistas, a Revolução foi abortada por uma ditadura militar. Apesar da autocrítica, o PGT aponta somente equívocos de natureza tática, não indicando erros de âmbito estratégicos.

Em 1967 o Congresso da O.L.A.S (Organização Latino-Americana de Solidariedade), expressou a forma estruturada do Castrismo-Guevarismo coordenando a luta revolucionária na América e estabelecendo a unidade entre os elementos nacionais democráticos e socialistas. A morte de Guevara e o fracasso das experiências foquistas na Argentina, Bolívia, Brasil entre outros, deu fim a primeira onda da estratégia guerrilheira no continente. Para os defensores do foquismo, a guerra de guerrilhas, conduzida por uma vanguarda revolucionária que instalariam o foco guerrilheiro, iniciado no campo, como embrião do Exército de Libertação é o caminho fundamental da Revolução e da tomada de poder. Algumas questões são apresentadas neste período, tais como: a superestimação da subjetividade em detrimento da objetividade; o papel da vanguarda e a necessidade ou não do Partido; a luta armada (campo ou cidade?) como tática ou princípio estratégico; a teoria do foco; o alcance continental ou nacional; o caráter da Revolução (socialista ou nacional democrática?); o papel da “burguesia nacional”. Sob novas características, um segundo ciclo iniciara-se imediatamente após intensa experiência e controvérsias, acordos e desacordos (SAINT – PIERRE, 1999).

O projeto mais bem sucedido da estratégia Nacional Democrática foi o da Unidade Popular Chilena, seu Programa estava assentado em avanços econômicos e sociais e apresentavam como inimigo principal da materialização destas conquistas o latifúndio e o imperialismo. O Governo Allende foi a única experiência em todo o planeta que tentou executar uma transição pacífica, institucional e, portanto sem rupturas do Capitalismo para o Socialismo, fortalecendo e ampliando as estruturas democráticas existentes. Salvador Allende foi vítima da estrutura e do caráter do estado que ele tentava governar. Confiando em sua democracia não fortaleceu as alternativas de “Poder Popular” indicada pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). O Dramático e sanguinário golpe militar, orquestrado pelo



latifúndio, pelas multinacionais e com o aval dos Estados Unidos, colocou fim a hegemonia da estratégia Nacional Democrática, ou pela queda de seus governos ou pela perda de seu impulso transformador gerado pela cooptação, na medida em que o avanço da internacionalização das economias levou a adequação do capital nacional aos ditames do grande capital multi e transnacional. Os golpes militares no Brasil (1964), Bolívia (1971), Chile e Uruguai (1973) e Argentina (1976), são expressões do esgotamento da estratégia adotada. (MONIZ BANDEIRA, 1998)

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

*“O que eu temo não é a estratégia do inimigo, mas os nossos erros”.*  
*Péricles*

No final do mês de maio e início de junho, cidades como Goiânia, Porto Alegre, Natal, Rio de Janeiro, São Paulo entre outras, desencadearam um conjunto de protestos contra o aumento da passagem do transporte coletivo. Inicialmente essas manifestações foram brutalmente reprimidas pela polícia e o aparato de segurança do estado. O governador do estado de São Paulo em matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo (11\06), afirmou que: “interrupções no trânsito serão tratadas como caso de polícia e que a PM tem o dever de intervir para garantir a circulação”. Ainda em São Paulo e reforçando a postura do poder executivo estadual, o promotor Rogério Zagallo da 5ª vara, publicou o seguinte texto no facebook:

“Estou a duas horas tentando voltar pra casa, mas tem um bando de bugios revoltados parando a Farias Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor, alguém pode avisar a tropa de choque, que essa região faz parte de meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta, eu arquivarei o inquérito policial”.

O Desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagem do Tribunal de Justiça de Minas Gerais concedeu liminar proibindo manifestações em vias públicas durante a Copa das Confederações.

O prefeito de Fernando Haddad declarou que a polícia agiu com parcimônia (19/06) e o ministro dos esportes Aldo Rebelo afirmou que a polícia estaria agindo dentro do limites necessário e que o governo irá reprimir protestos (17/06). A organização internacional HRW (Human Rights Watch), através de seu diretor para as Américas José Miguel Vivenco, declarou que:

“o mundo é testemunha da escalada da violência aos protestos no Brasil, causado, sobretudo pelo uso desmedido da força por parte da polícia”.

A HRW lembrou que o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais de Direitos Humanos, sendo o governo obrigado a garantir o direito a expressão e associação. Na Bahia o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA), Luiz Viana Queiroz publicou “nota de preocupação”, após constatar cenas de repressão policial aos manifestantes na cidade de Salvador. A Anistia Internacional manifestou preocupação com o discurso das autoridades e às prisões de jornalistas e manifestantes acusados de formação de quadrilha.

A grande mídia brasileira abertamente defendia medidas repressivas contra as manifestações. O jornal Folha de São Paulo em editorial publicado no dia 13/06, afirmou que a reivindicação de redução dos preços das passagens “não passa de pretextos e dos mais vis”. Segundo esse mesmo jornal a proposta de tarifa zero defendida pelo “grupelho”, já traz a “intenção oculta de vandalizar”. Já o jornal “O Estado de São Paulo em artigo intitulado “Chegou a hora do basta” e praticamente convocou o governador a determinar que a Polícia Militar aja com o máximo vigor para conter os manifestantes.

A onda de protestos no Brasil obteve repercussão internacional, o jornal espanhol El País destacou em sua edição do dia 14 de junho que “São Paulo vive uma noite de protesto com cenas de guerra”, a agência de notícias norte americana CNN noticiou (11/06) reforçou a acusações dos manifestantes de que a polícia teria começado a violência. A londrina BBC fala em uma “saia justa” para o governo brasileiro, em editorial o New York Times aponta um “despertar social no Brasil”.

Em solidariedade aos manifestantes diversos atos foram organizados em inúmeras localidades nos diferentes pontos do planeta. Só na Alemanha, foram registradas manifestações nas cidades de Colônia, Hamburgo, Berlim, Hannover, Bremen, Frankfurt. Londres, Paris, Cidade do México, Boston, Dublin, Toronto, Lisboa, Porto, Toronto e Istambul registraram protestos.

AS JORNADAS DE JUNHO E A COMPOSIÇÃO DA LUTA SOCIAL NO BRASIL.

*“A percepção é forte e a visão é fraca. Em estratégia, é importante ver o que está distante como se estivesse próximo e ter uma visão distanciada do que está próximo.” Miyamoto Musashi*

A inicial cobertura dos grandes veículos de comunicação expressava seu ódio tradicional a toda e qualquer forma de protesto social, criminalizando o descontentamento e apresentando-o como caso de polícia. No entanto, a tentativa midiática foi abortada mediante a ação de inúmeros relatos e imagens de uma cobertura independente via internet, capaz de romper com o monopólio interpretativo dos fatos. Diante da repercussão internacional, a tática midiática foi drasticamente alterada. De clara opositora das manifestações, se transformou em um instrumento de mobilização, procurando influenciar não só na composição social dos protestos, atraindo uma classe média conservadora, como também interferindo no conteúdo das manifestações com pautas externas como o da PEC 37, Reforma Política, Corrupção etc. A alteração no comportamento da grande imprensa estimulou a participação de milhões de pessoas em todo o país colocando em disputa as reivindicações originais que denunciavam a precariedade dos serviços públicos e a ineficiência da institucionalidade política.

Em Goiânia, a manifestação do dia 20 de junho foi um reflexo deste fenômeno. Milhares de pessoas nas ruas apontavam diferentes concepções de país, povo e luta. Ampliada pelo apoio midiático, posturas de matriz ideológica nacional conservadora ganhava dimensão com palavras de ordem do tipo: “sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”. Completamente vazia e desprovida de leitura política, esse comportamento de dia de jogo da seleção brasileira de futebol, incapaz de sustentar qualquer debate político, foi capturado pelo

senso comum da ultradireita através de palavras de ordem como “sem partido, sem partido”. O que ficou em evidencia neste momento não foi a histórica leitura interpretativa dos movimentos de caráter Anarquista, crítica das estruturas burocráticas da institucionalidade política, substituídos nesta perspectiva, pela Ação Direta dos Trabalhadores, mas sim a intolerância nacional fascista com seu fetiche a bandeira e símbolos da “pátria”, como forma de escamotear a luta e a exploração de classes.

As jornadas de junho apresentaram a fragilidade do estado nacional, ao mesmo tempo em que indicou as potencialidades do movimento popular no Brasil, expressando o secular divórcio entre as massas populares e a limitada institucionalidade democrática burguesa. Neste contexto, quatro amplos e complexos agrupamentos políticos se formam. Como campo político da classe dominante, a direita clássica, organizada em torno da oposição conservadora ao governo federal e defensora das políticas de recorte neoliberal, formam um segmento portador de ampla aceitação nos grandes veículos de comunicação tais como a Rede Globo, a Rede Bandeirantes, a revista Veja entre outros. Ainda no campo da classe dominante estão os agrupamentos comprometidos com o governo de Frente Popular capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores e seus velhos aliados (PC do B e PSB), encorpados por aliados oportunistas e casuais tais como o sempre governista PMDB e o recente PSD. Este setor da classe dominante tenta sobreviver buscando construir um impossível malabarismo que oscila entre a aceitação das máximas dogmáticas do mercado, o favorecimento explícito a grandes conglomerados, como o do setor bancário e o carcomido latifúndio travestido de agronegócio. Esta opção é parcamente contrabalanceada por políticas meramente assistencialistas e localizadas. Mesmo que com algumas contradições pontuais, este segmento tem como base midiática a revista Carta Capita e jornal Brasil de Fato. No movimento social, essa fração dominante tem o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), a velha União Nacional dos Estudantes (UNE) e com cada vez menor flutuação à esquerda, o Movimento dos Sem Terra (MST).

Fora da esfera dominante há um complexo e pulverizado campo popular. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), diante da herança petista, constitui-se como uma agremiação que comporta várias correntes do pensamento. Majoritariamente sustenta em sua tática um expressivo vínculo com a democracia burguesa, ilustrada pela ação do Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e sua adesão a proposta governamental de plebiscito e referendo sobre a reforma eleitoral. Correntes minoritárias como o CSOL (Coletivo Socialismo e Liberdade), a

tendência Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR), entre outras, expressam grande combatividade e presença em vários movimentos populares. Estas correntes internas tendem a se aproximar de outro campo da luta popular, caracterizado pela presença de fragmentadas organizações de diferentes ideologias revolucionárias. Podemos distinguir esse campo em dois polos distintos. De um lado apresentam-se aqueles com afinidade estratégica, que percebem na Revolução Socialista a possibilidade de superação dos impasses existentes na sociedade brasileira. O Partido Socialista Unificado (PSTU), o Partido Comunista Brasileiro e a Corrente Comunista Luís Carlos Prestes (CCLCP), com sua Juventude Comunista Avançando (JCA), apesar de buscar fundamentar-se nas batalhas travadas pela classe trabalhadora, são extremamente minoritários e em constante rota de colisão tática. Ainda nesse campo surge recentemente a Unidade Vermelha (UV), com a estratégia Nacional Libertadora, aponta para a correta tática de unidade das organizações de esquerda, superando o sectarismo de agremiações como o MEPR (Movimento Estudantil Popular Revolucionário). Ainda no campo popular, mas fora do eixo estratégico da Revolução Socialista, encontram-se os coletivos de orientação anarquista, bem como os de vertente autogestionária, também minoritários no conjunto do movimento popular, mas apresentando-se com inigualável e inquebrantável combatividade. A mesma combatividade encontra-se em coletivos com pautas mais pontuais de caráter reivindicatório como o Coletivo Tarifa Zero.

Diante de elevada pluralidade ideológica, estratégica e tática, cabe aos setores mais destacados da luta popular, pugnar pela unidade de ação garantindo a máxima coesão da classe trabalhadora como possibilidade de intensificar a ação revolucionária e alterar a correlação de forças hoje existente. O estado brasileiro só consegue manter os privilégios de uma pequena elite, através de um brutal desequilíbrio na correlação de forças entre Capital e Trabalho, condição fundamental para a manutenção do atual padrão de acumulação capitalista, potencializador das desigualdades sociais e da precariedade dos serviços públicos. A reprodução de um enorme contingente de marginalizados utilizados como exército industrial de reservas que se acumulam nos grandes centros urbanos do país, é consequência direta do Capitalismo dependente e da subordinação da burguesia nacional como sócia minoritária da economia globalizada. Incapaz de gerar vantagens comparativas pela inserção da inovação tecnológica, a burguesia brasileira arranca sua lucratividade utilizando-se de uma desumana exploração da força de trabalho na cidade e no campo e servindo-se do estado

como base da atividade privada, drenando os recursos públicos que vão fazer falta na saúde, educação e transporte, entre outros.

EM DEFESA DOS BLACK BLOCS

*"Tática é saber o que fazer quando existe algo a ser feito. Estratégia é saber o que fazer quando não há nada a fazer."*  
(Savielly Tartakover)

Nos últimos meses a grande imprensa brasileira amparada em sua já conhecida, velha e carcomida ideologia conservadora, desencadeou uma agressiva campanha visando domesticar a onda de protestos sociais que eclodem de norte a sul do país. A tática utilizada é tão antiga quanto seu conservadorismo: dividir para conquistar. Em sua linha discursiva o oligopólio midiático busca separar os manifestantes em “pacíficos” e “violentos”, “maioria” e “minoría”, apresentando a si mesma como uma defensora dos “Direitos” desde que reivindicados nos limites da ordem institucional. Nada de novo e surpreendente se levarmos em consideração que o maior veículo de comunicação do país, tratava como terroristas perigosos os grupos e pessoas procurados pelos aparatos repressivos da Ditadura Militar. O fato que pode surpreender alguns é a ácida crítica desferida por setores da chamada esquerda política, diante de um dito comportamento violento existente em inúmeras manifestações em centenas de cidades. Destacam-se os depoimentos da reconhecida Marilena Chauí, que em sua cega e dogmática adesão ao Partido dos Trabalhadores, aponta uma inspiração de caráter fascista na ação dos Black Blocs. Também relevantes são as declarações de Marcelo Freixo do PSOL, entusiasticamente defendendo a ação policial contra o que considera depredação do patrimônio. Estes dois simbólicos personagens da política nacional expressam e revelam os limites de seus pontos de vista, restringindo a possibilidade da ação política unicamente circunscrita nas balizas da lei e da ordem.

Invocar a “lei e ordem” além de desnudar uma concepção naturalista dos elementos que compõe o sistema jurídico, torna manifesto uma leitura completamente afastada da realidade dos conflitos sociais. Tal reivindicação normativa implicaria minimamente, levantar o questionamento sobre a existência de um “estado de direito” no Brasil. Recorrendo a Thomas Hobbes e seu Leviatã, os homens renunciariam a sua liberdade (no contexto

hobbesoniano, visto como a ausência de restrição à ação individual), em benefício de um poder soberano garantidor da paz e da salvação do homem em sociedade. Nesta perspectiva, podemos interrogar se o estado brasileiro se apresenta como garantidor da paz social. Particularmente vislumbro a negatividade da resposta como algo certo. Neste caso podemos adotar o conceito de “resistência”, visto pelo próprio Hobbes como forma de controle do poder absoluto do estado.

Aceitando e devolvendo a provocação elaborada por Marilena Chauí, poderíamos afirmar que no caso da realidade brasileira, a inclinação ao fascismo está próximo da máquina estatal, sendo que o fenômeno das ruas se enquadraria na categoria “resistência”. O fascismo como expressão política, surge na Europa das primeiras décadas do século XX, se seguirmos as pistas dadas pelo filósofo italiano Umberto Eco, podemos apontar como características deste regime: a intransigente defesa da disciplina e da ordem hierarquizada. Neste aspecto, por mais que se possa realizar acrobacias e malabarismos teóricos – conceituais, não consigo vislumbrar a possibilidade de aproximação da tática quase improvisada dos Black Blocs e sua aversão às verticalidades disciplinadoras com o fascismo. O mesmo já não se pode dizer do estado nacional brasileiro, altamente hierarquizado e disciplinador. Outra característica proveniente desta vertente autoritária de matriz europeia é a exacerbada moralidade receitada como qualidade fundamental para a restauração da ordem. Nem a leitura mais apressada e superficial do comportamento dos jovens de máscaras e roupas negras poderia vinculá-los a estas particularidades. Já da imprensa brasileira, não teríamos tanta segurança em negar tais vínculos. O culto a tradição é outro imperativo da política fascista. No caso dos black blocs, não se percebe nenhum apego a tradição alguma, sendo os símbolos nacionais, tais como a bandeira do Brasil, são comumente alvo de severas repreensões por parte dos ativistas. Sabendo do espírito crítico que permeia a maior parte da trajetória e do trabalho intelectual de Marilena Chauí, podemos considerar que as ilações feitas por nossa importante filósofa, podem ter como fonte de inspiração a Academia de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, local na qual a professora da USP proferiu palestra a cadetes e oficiais. Chauí fez a infeliz opção de não destacar a farda preta e a faca na caveira do BOPE, com seu caveirão e a cotidiana ação criminosa da PMERJ, provocando uma inversão de valores na qual a vítima se transforma em agressor. Outra característica do fascismo é a construção de um vigilante estado policial violador dos direitos individuais. Mas quanto a isso, nossa importante intelectual preferiu não falar.

A prisão da estudante Luana Bernardo Lopes (19 anos) e do jovem pintor Humberto Caporalli (24 anos) e seu respectivo enquadramento na anacrônica Lei de Segurança Nacional, por crime de sabotagem e seguido encaminhamento ao presídio Franco da Rocha, no estado de São Paulo, explicitou a completa incapacidade das instituições em lidar com o protesto social em nosso país. Gestos embrionários defensores da aplicação de regras exceção, vem ganhando dimensão e apoio dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, argumentando a necessidade de contenção de “vândalos” e “baderneiros”, que supostamente ameaçam o “direito de ir e vir” da população, além de praticarem “ações violentas” contra o patrimônio público e privado. O curioso desta situação é que a preocupação com a preservação do patrimônio público praticamente desaparece ao se debater os criminosos leilões das bacias petrolíferas brasileiras, infinitamente mais valiosas do que as fachadas de prédios públicos e particulares (só o campo de libra, tem o valor estimado em US\$ 1,5 trilhão). A imprensa e o telejornalismo dos grandes veículos de comunicação, que se comporta como uma empresa de marketing que procura legitimar o assalto privatista aos cofres públicos, nada declara e procura criar um ambiente de normalidade a este escandaloso ato de entreguismo da riqueza nacional. A indignação apresentada diante da brandura das leis e morosidade do sistema judiciário é atenuada aos inúmeros casos de corrupção, situação em que a lei de segurança nacional não é invocada.

A origem da L.S.N remonta ao contexto político do Estado Novo getulista, sendo promulgada em 4 de abril de 1935 ( Lei nº 38) , após acirrados debates no poder legislativo. A função específica desta Lei é a de estabelecer uma situação jurídica especial diante de supostas ameaças a segurança do aparato estatal e de seus governos representativos, criando penalidades extremamente mais rigorosas e possibilitando a suspensão das garantias processuais constitucionalmente definidas. Em 1936 a Lei de Segurança foi reforçada diante da reação a ditadura varguista, sendo criado o Tribunal de Segurança Nacional (lei 244 de 11 de setembro de 1936). No TSN a condução do processo era sumária, a defesa deveria apresentar suas testemunhas, sem intimação e limitada ao número de três, sendo que para a Promotoria não havia limitações. Os recursos eram dirigidos ao Supremo Tribunal Militar e não tinha efeito suspensivo. Com a limitação do direito a defesa a condenação era certa. No julgamento de Luís Carlos Prestes, o advogado Sobral Pinto apelou para o Estatuto dos Animais



(1934), com o objetivo de garantir direitos mínimos dados aos bichos. O Cavaleiro da Esperança foi condenado a mais de 16 anos de prisão. A mãe do Capitão Prestes, Dona Leocádia Felizardo Prestes encaminhou uma carta ao Tribunal, afirmando: “meu filho não foi julgado, foi simplesmente condenado”. O fim do estado novo e as tentativas de democratização do país determinou a extinção do Tribunal de Segurança Nacional.

Com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial e o início da denominada Guerra Fria, a ideologia da Segurança Nacional, profundamente influenciada pela Doutrina Truman e sua cruzada anticomunista, inspirada pelo Senador estadunidense Joseph McCarthy, passa a ser amplamente difundida. O início da guerra da Coreia, nos princípios da década de 1950, estimula o secretário de estado John F. Dulles a implementar as concepções e princípios da política externa dos Estados Unidos ancoradas na doutrina do “Realismo Político” propagandeado por G.F Kennan. Nesta perspectiva a relação política entre as mais variadas nações do planeta, ocorre mediada pela força e apolítica externa seria uma mera extensão de interesses nacionais internos. No Brasil a Lei 1802 de 05 de janeiro de 1953 é elaborada com intuito de dar respostas ao contexto geopolítico de sua época, normatizando o que seria os crimes contra o estado e a ordem pública e social. As primeiras tentativas de enquadramento jurídico do descontentamento social após o golpe de 1964 foram realizadas tendo esta referida lei como fundamentação legal.

A radicalização repressiva institucional veio com os Atos Institucionais, isto é, decretos emitidos no período imediatamente após a instalação da ditadura militar, que visavam legitimar e criar as bases jurídicas do controle militar sobre a sociedade brasileira através de medidas extras constitucionais, ou seja, medidas de exceção, que na prática suspendia a Carta Magna de 1946. O discurso apresentado pelos defensores dos Atos Institucionais era a urgente necessidade de combater a corrupção e a subversão. O A.I nº 1 e A.I nº 2 permitiram aos governos militares a alteração compulsiva da Constituição Federal, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos, aposentar ou colocar a disponibilidade qualquer servidor público que “atentasse contra a segurança nacional”. O decreto lei de 13 de março de 1967 materializa em forma de legislação todos os preceitos da doutrina de segurança nacional.

Entre 1964 e 1969 foram emitidos dezessete Atos Institucionais, sendo que um dos mais polêmicos foi o absurdo A.I – 5, uma clara reação à marcha dos cem mil (um expressivo protesto contra o regime ditatorial), desencadeada após a morte do estudante Edson Luís e

do discurso proferido pelo Deputado Márcio Moreira Alves, que no plenário da Câmara dos Deputados, caracterizou os quartéis como “covil de torturadores” e convocou a população a boicotar os desfiles de 7 de setembro. Editado em sexta-feira 13 de dezembro, vetava a instituição do Habeas Corpus, para crimes contra a segurança nacional, deslocava o julgamento de crimes políticos para os Tribunais Militares, proibia manifestações de caráter político e dava poder a Presidência da República para fechar o Congresso Nacional durante um ano. Ainda durante os anos de chumbo foi editado o decreto-lei 898 de 29 de setembro de 1969.

Com a gradual perda de capacidade político – militar – repressiva de sustentar o regime diante da pressão popular, os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, desenham a estratégia da transição lenta, gradual e segura. A lei Falcão (Lei nº 6339 de 1 de julho de 1976), que limitava os candidatos a apenas apresentarem seus currículos no horário eleitoral, o Pacote de Abril, que estende o mandato presidencial para seis anos, cria a figura do senador biônico, a revogação do A. I – 5 em 1979, foram algumas medidas deste contexto histórico. A formulação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos instituiu o pluripartidarismo ao mesmo tempo em que fragmentou a oposição. No movimento da classe trabalhadora, cresce a influência do sindicalismo de resultados, desprovidos de qualquer intenção ou projeto revolucionário, principal base da formação do Partido dos Trabalhadores (1980). Em 1983 no governo do general João Baptista Figueiredo, é promulgada uma nova Lei de Segurança Nacional, ainda em vigor.

A lei 7170 de 14 de dezembro de 1983 foi lembrada pelo delegado titular da 3ª D.P Antônio Luis Tuckumantel na prisão dos dois jovens em manifestação em São Paulo. Esta atitude traz para nossos dias a aplicação de uma regra de exceção. Infelizmente este não é o único caso de tentativas de reeditar um triste passado, revelando a presença de resquícios autoritários fortes, presentes e muito vivos em nossas instituições, legislação e autoridades.

No mês de julho deste ano, o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, criou a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (Decreto 44.302 de 19 de julho de 2013). Segundo este ato do governo fluminense (em sua versão inicial) as operadoras de telefonia e de internet teriam o prazo de vinte e quatro horas para atender aos pedidos de informação de tal comissão, eliminando de forma ilegal e ilegítima a necessidade de processo jurídico para a quebra de sigilo. Como toda e qualquer medida de exceção o decreto de Cabral não respeita os limites impostos pela Constituição e

abre escancarada punição e perseguição a oposição política. A declaração do procurador do Ministério Público Eduardo Lima Neto, na qual o sentido da comissão é “dar velocidade a apuração dos fatos”, são os mesmos propostos pelo Tribunal de Segurança Nacional criado na ditadura do estado novo. Em ambos os casos a celeridade é dada diante da suspensão do já fragilizado estado de direito. Diante da repercussão negativa a CEIV, apelidada de DOI – CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, foi um órgão da repressão militar durante os anos de chumbo, responsável pela prisão, tortura e assassinato de vários ativistas políticos) do Sérgio Cabral, sofreu algumas alterações, mas conserva sua essência. Em entrevista coletiva concedida no dia 07 de setembro, o governador Sérgio Cabral afirmou que os atos de protestos são estimulados por “organizações internacionais”. O pemedebista tenta, também, ressuscitar a velha cantilena da época da guerra fria e do período negro da ditadura militar, que em toda manifestação popular, acusava a existência de infiltrados oriundos ora de Cuba, da China ou da extinta URSS. Se persistir neste caminho o próximo passo do excelentíssimo governador deverá ser o de acusar os manifestantes de não acreditar em Deus e de serem comedores de criancinhas, ou ainda, apresentar a acusação de crime de terrorismo, tal qual já se encena regulamentar no Congresso Nacional. Em sua primeira versão proposta pelo Senador Romero Jucá (PMDB – RR), que prevê penas de 15 a 30 anos de reclusão, indicando sanções diferenciadas para financiamento, incitação (reclusão de 3 a 8 anos), formação de grupos ou organizações (reclusão de 5 a 15 anos). O deputado Onyx Lorenzoni (DEM – RS), também tem proposta apresentada nesta matéria. Marcelo Crivella (PRB – RJ), Ana Amélia (PP – RS) e Walter Pinheiro (PT – BA), são autores do projeto de lei 728\2011 que implicitamente tipifica a contestação da ordem capitalista como ato de terrorismo. Cândido Vaccarezza (PT – SP) coordenador da comissão de consolidação de leis e dispositivos constitucionais, declarou em entrevista ao site da Câmara dos Deputados em 09 de agosto de 2013, que o anteprojeto seja votado ainda este ano e toda tramitação concluída para estar em vigor até a Copa de 2014.

No estado de Goiás o governador Marconi Perillo (PSDB), editou um decreto que simplesmente anula o constitucional direito de greve. Segundo o decreto tucano os secretários de governo terão poderes de convocar de “maneira integral e sem demora” e a qualquer momento, qualquer funcionário público em greve. O texto prevê punição administrativa como corte de ponto e perda do salário e exoneração.

O conjunto destas ações autoritárias demonstram o secular desprezo das elites nacionais com as causas populares. A criminalização em suas variadas formas é uma ação recorrente das classes dominantes brasileiras. Zumbi, Ganga Zumba, Lampião, Lamarca, Balaiada, Praieira, Trombas e Formoso, Eldorado dos Carajás, são algumas das personalidades e movimentos que conheceram de perto a ira do estado brasileiro e sua centenária classe dirigente. Organizar a luta e combater nas ruas é a única alternativa para superar os desmazelos do estado brasileiro com seu próprio povo. Neste contexto, um balanço tático e estratégico do protesto social é uma exigência fundamental para o (re)configuração da luta social.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUD, M. **A História do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FAORO, R. **Os donos do Poder**. São Paulo: editora Globo, 2001

HARNECKER, M. **Estratégia e Tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LOWY, M. **Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MONIZ BANDEIRA, L.A. **De Martí a Fidel**: a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MOREIRA, Ruy. **A reestruturação espacial e as novas formas de sujeitos e conflitos nas relações geográficas deste começo de século**. IN Revista Terra livre nº 30. Presidente Prudente: AGB, 2008.

SACHS, E. **Marxismo e Luta de Classes**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

SAINT – PIERRE, Hector Luis. **A política armada** – Fundamentos da Guerra Revolucionária. São Paulo: Editora UNESP, 1999.